

AMC AMC X

Relator da Ordem Social espera reduzir privilégios

BRASÍLIA — A cada privilégio das camadas mais ricas da sociedade garantido na Comissão de Ordem Econômica, é natural que haja uma contrapartida dos setores empenhados em corrigir as injustiças sociais produzidas por esses privilégios. O argumento foi utilizado ontem pelo Relator da Comissão da Ordem Social, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), para explicar por que acredita na manutenção — e até ampliação — dos dispositivos aprovados nas três subcomissões, que asseguram jornada de trabalho de 40 horas semanais, estabilidade no emprego e aposentadoria aos 30 anos de serviço, entre outros benefícios.

A Comissão de Ordem Social transformou-se no maior reduto dos "progressistas" do PMDB e até do PFL e do PDS foram incluídos constituintes não "conservadores". Até o final do trabalho das subcomissões,

a intervenção dos "conservadores" foi discreta e sempre minoritária, tanto que os relatórios, considerados avançados, foram aprovados sem maiores problemas. E previsível, no entanto, que os descontentes passem a se articular agora e essa reação deve partir do setor empresarial, avaliou um membro da Comissão.

Almir Gabriel disse que pretende seguir a orientação dos relatórios, recolhendo as posições do maior número possível dos 65 integrantes da Comissão, mas não quis adiantar posições pessoais. Disse apenas que pretende incluir na Constituição como direitos essenciais da pessoa os de vida, educação, saúde e trabalho.

Enquanto na Comissão da Ordem Econômica os "conservadores" são 41 contra 25 "progressistas", na de Ordem Social a proporção é inversa: 24 contra 41 "progressistas".

Senador pede segurança reforçada para Comissão da Ordem Econômica

BRASÍLIA — Preocupado com os conflitos e tumultos ocorridos na subcomissão que votava a reforma agrária, o Deputado José Lins (PFL-CE), Presidente da Comissão da Ordem Econômica — onde o assunto será novamente discutido — pediu reforço à segurança, durante as reuniões da sua comissão. Prevendo também o comparecimento de número ainda maior de interessados em acompanhar as discussões, ele pretende utilizar o Auditório Petrólio Portela, no Senado, com capacidade para 400 pessoas. Originalmente, a Comissão se reuniria na sala da Comissão de Finanças do Senado.

Com o mesmo objetivo, o Presidente da Comissão da Ciência, Tecnologia, Comunicação, Educação, Cultura, Esportes, Família, Menor e Idoso, Senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), transferiu as reuniões para o Auditório Nereu Ramos, da Câmara,

para mais de 100 pessoas. No entanto, a secretaria da Comissão continuará no Senado.

Enquanto não começa a discussão sobre dispositivos constitucionais propriamente ditos, as comissões começam a discutir o regimento que deverão obedecer durante os seus trabalhos, bem como o cronograma para apresentar emendas e o substitutivo dos relatores.

O Presidente da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, Deputado Oscar Corrêa (PFL-MG), prevê a repetição dos debates já travados nas subcomissões. Segundo ele, isso já está "aborrecendo muita gente". Nesta fase dos trabalhos, é possível reapresentar emendas derrotadas nas subcomissões. Mesmo assim, acredita que este é mais um passo para deixar cristalina a posição política da maioria.

Grupo promete se impor a 'estatizantes' até o plenário

BRASÍLIA — Qualquer proposta de caráter estatizante está condenada ao insucesso na Comissão da Ordem Econômica. Muito bem articulados, os constituintes do grupo privatizante derrubaram o anteprojeto do Relator Virgildásio de Senna (PMDB-BA), na Subcomissão de Princípios Gerais e Intervenção do Estado na Economia, e prometem repetir a dose no âmbito da Comissão, que tem como Relator o Senador Severo Gomes (PMDB-SP), considerado "nacionalista demais". O grupo acredita que vai crescer durante as fases seguintes da Constituinte e fazer valer, na votação final, um capítulo que privilegie o capital privado.

O Senador Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO) afirma que a articulação que resultou na derrota, ponto por ponto, do relatório de Virgildásio na Subcomissão, aconteceu de forma natural. Os contatos que manteve com os Deputados Afif Domingos (PL-SP), Delfim Netto (PDS-SP) e Antônio Carlos Franco (PMDB-SE), além do Senador Roberto Campos (PDS-MT), desde o início dos trabalhos da Subcomissão, foram intensificados a partir da apresentação do anteprojeto. E acusou: "Constatamos que nenhuma das emendas apresentadas pela maioria dos constituintes foram aproveitadas".

— Criou-se logo um espírito de solidariedade que nos uniu em torno das nossas idéias, expressas no relatório final — acrescentou.

Já no dia seguinte à apresentação do anteprojeto, o grupo começou a reunir-se informalmente para trocar idéias e elaborar emendas para, segundo ele, aperfeiçoar a proposta do Relator. No total, a Subcomissão recebeu 357 emendas e apenas 13 foram aproveitadas parcialmente.

— A reação a esta atitude do Relator foi natural. Ele fez um relatório próprio que, evidentemente, se chocaria com os anseios da maioria, e foi o que aconteceu. Dois terços



Delfim Netto, idéias aproveitadas



Campos, um dos articuladores

votaram sistematicamente contra, o que indica o não atendimento das sugestões — afirmou Irapuan.

Segundo o Senador, o grupo chegou à votação com os 13 votos necessários à derrubada do relatório já garantidos. Este número, que na maior parte da sessão chegou a 19, foi obtido com a participação dos votos de outros peemedebistas insatisfeitos, não só com o relatório, mas também com os critérios adotados pelo Líder Mário Covas para compor o quadro de relatores, tanto das subcomissões como das comissões.

— Os que perderam — assinalou — estão atribuindo a derrota a uma falha de articulação, mas estão equivocados. O problema começou com Covas, que designou os relatores por critérios ideológicos, privilegiando a esquerda radical do Partido, que não representa a Constituinte e nem o povo, que é moderado.

Na avaliação do grupo privatizante, as comissões representam a média do pensamento da Constituinte e, portanto, essa tendência privatizante deverá atravessar todas as fases e

chegar ao plenário, onde eles estão certos da vitória. Segundo o grupo, dois terços dos parlamentares são de centro e jamais aprovariam um texto que repele o capital estrangeiro, permite a intervenção do Estado na economia e, ainda de acordo com Irapuan, "propõe absurdos como a estatização de canaviais, florestas, barragens e açudes, e também da distribuição do gás, que hoje está nas mãos da iniciativa privada".

Irapuan disse que o episódio da nomeação dos relatores desgastou Covas, em quem votou para Líder:

— Hoje em dia, não daria meu voto a Covas. Ele não entendeu que a melhor forma de obter espaço no Partido, aproveitando a insatisfação dos peemedebistas com a atuação de Ulysses Guimarães, era, justamente, associar-se aos moderados, que representam cerca de dois terços do Partido. Mas ele preferiu ficar com um terço, optando pelos radicais de esquerda. Sua situação, como um político que tem ambições maiores, é atualmente muito difícil.

Procuradores temem redução de suas funções

BRASÍLIA — A decisão da Subcomissão do Poder Judiciário de suprimir uma das principais funções do Ministério Público Federal, está preocupando os Procuradores da República. A proposta foi apresentada pelo próprio Relator da Subcomissão, Deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), e consiste em retirar do Ministério Público a atribuição de defender judicialmente a União Federal e fiscalizar a aplicação da lei.

Na opinião do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Alvaro Ribeiro Costa, isso vai prejudicar o julgamento imparcial das causas envolvendo a União.

Para evitar que o Ministério Público perca essa função, que segundo Alvaro Costa é a garantia de um regime democrático e característica do Estado de direito, a Associação dos Procuradores apresentou, através dos Deputados Roberto D'Ávila e Sigmaringa Seixas, uma proposta de emenda ao projeto do Relator que garante ao Ministério Público Federal a representação judicial da União, através dos Procuradores da República.

Com a supressão da função do Ministério Público, Alvaro Costa disse que a Constituição colocaria em jogo todo um conjunto de bens da União, como as terras devolutas, os lagos e rios que constituem limite com outros países, as ilhas oceânicas, os territórios indígenas e o mar territorial.

Segundo Alvaro Costa, esse conjunto de bens, que são os maiores valores da Nação, só podem ser eficazmente defendido por uma instituição independente como a Procuradoria-Geral da República. Outra falha apontada pelo Presidente da Associação dos Procuradores no relatório apresentado pela Subcomissão do Poder Judiciário diz respeito à unificação do Ministério Público num só ramo para analisar casos das Justiças do Trabalho, Eleitoral e Militar.

Sistema Eleitoral gera mais discussões entre os partidos

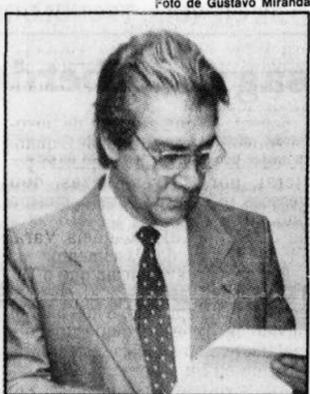
BRASÍLIA — Menos de 24 horas depois de sua aprovação pela subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, o conjunto de normas sobre criação e funcionamento das siglas já começou a despertar descontentamento: de um lado, membros dos pequenos partidos protestam contra os critérios que limitarão suas atividades; de outro, nos partidos já consolidados, há quem considere que as regras propostas são até menos rígidas do que seria desejável para impedir a proliferação de siglas.

Um dos temas mais polêmicos do anteprojeto, relatado pelo Deputado Francisco Rossi (PTB-SP) é a limitação do acesso à propaganda gratuita e aos recursos do fundo partidário aos partidos que tiverem obtido nas últimas eleições para Deputado Federal o mínimo de 1 por cento dos votos apurados ou de 1 por cento das cadeiras da Câmara dos Deputados — o equivalente hoje a cinco representantes.

O relator inovou procurando introduzir no texto constitucional uma matéria que tem sido disciplinada pela Lei Orgânica dos partidos e antecipou controvérsias entre os grandes e os pequenos: constituintes como Lídice da Mata (PC do B-BA), Roberto Freire (PCB-PE), Jamil Haddad (PSB-RJ) tentaram suprimir inteiramente o dispositivo, mas foram superados pela maioria de peemedebistas e pefelistas da Subcomissão, reforçada inesperadamente pelo PT — também considerado "pequeno".

Os principais esforços dos pequenos partidos, porém, foram no sentido de impedir que a Constituição fixasse, a exemplo do que acontece no texto em vigor, a possibilidade de extinção das siglas que não alcancem percentuais mínimos de apoio do eleitorado, expresso em votos. A hipótese de extinção não entrou no anteprojeto, apesar de emendas propostas, entre outros parlamentares, pelo Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas. Pela emenda, seria cancelado o registro do partido que, em duas eleições gerais consecutivas para a Câmara dos Deputados, não obtiver o apoio de 3 por cento do eleitorado nacional.

Embora sem prever a extinção, o anteprojeto de Francisco Rossi prevê uma situação incômoda para o partido que não alcançar 1 por cento do eleitorado nacional, nem fizer cinco Deputados Federais: além de ficar sem acesso à propaganda gratuita nas eleições seguintes, terá que filiar um mínimo de 0,5% dos eleitores nos Municípios, nos Estados e no País para poder lançar candidatos, respectivamente, aos pleitos municipais, estaduais e federal — inclusive à Presidência da República.



Covas vota contra os 'pequenos'

Pela Constituição em vigor, não terá direito a representação no Senado Federal nem na Câmara dos Deputados o partido que não obtiver o apoio expressivo em votos de 3 por cento do eleitorado, apurado em eleição para a Câmara dos Deputados e distribuídos em, pelo menos, cinco Estados, com o mínimo de 2 por cento do eleitorado em cada um deles. Apesar de mais brandos, o novo texto aprovado pela esmagadora maioria de 17 votos contra três na subcomissão levantou críticas dos "pequenos":

— O meu partido prega um tipo diferente da sociedade. E um partido ideológico e, por isso, não espera filiações em massa. Um eleitor pode não concordar com todo o nosso programa, mas pode identificar-se com algumas de nossas idéias e votar num candidato comunista — contestou Lídice da Mata.

Para o deputado Gastone Righi Líder do PTB, um partido de médias dimensões, com 18 representantes no congresso, o anteprojeto também não foi satisfatório, embora relatado por um petebista.

— Não estou gostando muito. Esse índice de um por cento e, principalmente de 0,5%, não tem qualquer parâmetro científico ou lógico. Para um partido criado no sudeste, meio por cento, ou cerca de 350 mil eleitores formam um total tão fácil de conseguir que chega a ser ridículo. No Norte ou no Nordeste isso já pode ser diferente — afirmou.

O parlamentar frisou, porém, que é necessário o estabelecimento de percentuais mínimos de representatividade para evitar o aumento de siglas sem expressão, como nas últimas eleições. Segundo ele, "não há tantos caminhos políticos sérios que permitem a criação de 40 partidos. Isso apenas fraçiona as tendências".

Grupos de pressão derrotados nas subcomissões vão rever estratégias

BRASÍLIA — Assim como os blocos parlamentares que tiveram suas propostas frustradas na primeira etapa da Constituinte, os lobistas (grupos de pressão) derrotados iniciaram ontem uma revisão geral de táticas para garantir seus interesses na futura Carta. A primeira estratégia é identificar a força dos adversários e concentrar todo o peso do trabalho na Comissão de Sistematização.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que desde o início vem apresentando dezenas de propostas, contabiliza ontem pelo menos uma grande derrota: a questão do aborto. Com o apoio do lobby da Igreja, a Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais aprovou dispositivo considerando que o direito à vida vai da concepção à morte. A proposta derruba, automaticamente, os casos de aborto para gestantes com risco

de vida ou vítimas de estupro, previstos na atual legislação.

— Não aceitamos isso, porque já temos esse direito desde 1940, no Código Penal. E um retrocesso. Não demos a legalização do aborto, e sim que ele seja mantido para esses casos — reagiu Iaris Cortez, da comissão da legislação do Conselho, que já recebeu dezenas de cartas contra a medida e prometeu que o Conselho vai intensificar o trabalho.

Contra o aborto, as mulheres tiveram uma forte adversária: a CNBB. Mas, se a Igreja ganhou essa batalha, perdeu sua maior bandeira: o projeto de reforma agrária, inteiramente derrubado.

— Agora, mais do que nunca, a Igreja apoiará mobilizações populares para apresentação de emendas. O povo será mais sábio que algumas subcomissões — afirmou o Bispo de Pelotas (RS), D. Jayme Chemello.

Na revisão das estratégias, a Igreja terá que enfrentar outro forte adversário: o lobby do ensino público e gratuito. A Subcomissão da Educação aprovou relatório que proíbe o Governo de destinar verbas ao ensino privado, o que afeta dezenas de escolas católicas em todo o País.

— Isso é um golpe mortal na democracia. Essas verbas nada mais são do que um repasse dos impostos que pagamos — protestou Roberto Dornas, Presidente da Federação dos Estabelecimentos de Ensino, assinalando que a medida prejudicará os estudantes pobres, uma vez que, sem recursos federais, serão cortadas todas as bolsas de estudo.

Outro grupo derrotado foi o de defesa do monopólio do petróleo: a Subcomissão das Atividades Econômicas aprovou proposta que repete a questão do petróleo tal qual foi escrita na Constituição de 1946.

Dom Ivo adverte sobre assinatura de propostas

PORTO ALEGRE — Ninguém deve assinar qualquer proposta popular de emenda à nova Constituição sem antes examiná-la bem e receber informações das dioceses, advertiu ontem o ex-Presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter. Ele aconselhou os cristãos a aguardarem o "trabalho intenso" de esclarecimento, estudo e organização das assinaturas das propostas de emendas, que será feito em junho por todas as dioceses do País. Lembrando que diversas entidades já estão colhendo assinaturas, alertou: "Nem sempre essas propostas correspondem aos princípios da verdadeira democracia".

Dom Ivo, que fez a advertência no programa de rádio "A Palavra do Pastor", afirmou que o Brasil vive um momento grave e decisivo para a sua organização democrática e, por isso, os cristãos não devem ficar indiferentes em relação à Constituinte.

Sant'Anna esvazia reunião, derruba projeto e mais uma vez demonstra sua liderança

BRASÍLIA — O Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), conseguiu mais uma vez exercer influência decisiva sobre os trabalhos da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. Desta vez, ele evitou que fosse aprovado um projeto de decisão de autoria do Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro (RJ), permitindo que as dívidas das microempresas sejam salgadas em 24 prestações.

Ao perceber que o projeto fatalmente seria aprovado, já que, anteriormente, o plenário decidira favoravelmente à preliminar, concluindo que a Comissão de Sistematização teria competência para decidir sobre a matéria, o Deputado Carlos Sant'Anna solicitou aos parlamentares que seguem a sua orientação para que, simplesmente, se retrassem da reunião. Com isso, ficaram faltando oito votos para que o projeto de decisão passasse.